

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro - (Em milhares de reais)

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante	967.243	795.515	Circulante	856.152	727.009
Disponibilidades	146	161	Outras obrigações (Notas 6, 7 e 8)	856.152	727.009
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	875.446	794.777	Fiscais e previdenciárias	31.429	14.582
Aplicações em depósitos interfinanceiros	453.662	547.613	Negociação e intermediação de valores	820.219	710.633
Aplicações no mercado aberto	421.784	247.164	Diversas	4.504	1.794
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	89.319	-	Exigível a longo prazo	44.267	28.194
Carteira própria	89.319	-	Outras obrigações (Notas 6 e 8)	44.267	28.194
Outros créditos (Nota 6)	2.332	577	Fiscais e previdenciárias	44.045	28.194
Rendas a receber	2.040	-	Diversas	222	-
Negociação e intermediação de valores	-	69	Patrimônio líquido (Nota 10)	112.924	70.857
Diversos	292	508	Capital social	65.104	32.019
Realizável a longo prazo	46.098	30.544	De domiciliados no país	65.104	32.019
Outros créditos (Nota 6)	46.098	30.544	Reservas de capital	2.584	2.584
Diversos	46.098	30.544	Reservas de lucros	45.236	36.254
Permanente	2	1	Total do passivo e patrimônio líquido	1.013.343	826.060
Investimentos	1	1			
Outros investimentos	1	1			
Permanente	1	-			
Imobilizado de uso	1	-			
Total do ativo	1.013.343	826.060			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2010	32.019	2.584	-	2.078	12.347	-	49.028
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.829	21.829
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	1.091	-	(1.091)	-
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	20.738	(20.738)	-
Em 31 de dezembro de 2011	32.019	2.584	-	3.169	33.085	-	70.857
Aumento de capital (Nota 10)	33.085	-	-	-	(33.085)	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 11 (b))	-	-	106	-	-	-	106
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 11 (b))	-	-	(106)	-	-	-	(106)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.067	42.067
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	2.103	-	(2.103)	-
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	39.964	(39.964)	-
Em 31 de dezembro de 2012	65.104	2.584	-	5.272	39.964	-	112.924
Em 30 de junho de 2012	65.104	2.584	-	4.288	-	21.261	93.237
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 11 (b))	-	-	106	-	-	-	106
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 11 (b))	-	-	(106)	-	-	-	(106)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	19.687	19.687
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	984	-	(984)	-
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	39.964	(39.964)	-
Em 31 de dezembro de 2012	65.104	2.584	-	5.272	39.964	-	112.924

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. Em 15 de abril de 2011, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu licença para a Instituição iniciar as atividades de sub-custodiante no país. Em 24 de junho de 2011, o primeiro volume de posições de custódia foi registrado na entidade. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foi aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2013.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis - (a) **Auração do resultado** - É apurado por regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (e) **Permanente** - É demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, 10%. (f) **Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificada como provável. Há processos cujos riscos de perda são classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) **Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (g) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727/08. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo art. 15 da MP nº 449/08, convertida em Lei nº 11.941/09. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não tem efeito para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2012, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre o total dos ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. (h) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (i) **Unidade de ações restritas** - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN em 30 de junho de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de

2012. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse Passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 875.446 (2011 - R\$ 794.777), sendo R\$ 453.662 (2011 - R\$ 547.613) referente a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até setembro de 2012 (2011 - março de 2012) e R\$ 421.784 (2011 - R\$ 247.164) referente a aplicações em operações compromissadas - posição bancada.

5. Títulos e valores mobiliários - a. Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	(Perdas) não realizadas	Valor de mercado 2012	Valor de mercado 2011
Títulos para negociação				
Carteira própria	89.324	(5)	89.319	-
• LFT	89.324	(5)	89.319	-
Total da carteira de TVM	89.324	(5)	89.319	-

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Até 3 meses	Total
Total 2012	89.319	89.319
Total 2011	-	-

6. Outros créditos e outras obrigações - "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 40.450 (2011 - R\$ 26.888) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 5.920 (2011 - R\$ 3.765). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" refere-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 31.119 (2011 - R\$ 14.582) e a provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 44.045 (2011 - R\$ 28.194). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". **7. Negociação e intermediação de valores** - "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 820.219 (2011 - R\$ 710.633), em decorrência do serviço de custódia prestado por esta entidade. **8. Passivos contingentes e obrigações legais** - A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária e trabalhista, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a. Provisões constituídas

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2012	2011	2012	2011
Fiscais e previdenciárias -				
obrigações legais	40.450	26.888	44.045	28.194
Total	40.450	26.888	44.045	28.194

a.2. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias	Obrigações legais	Total em 2011
Saldo inicial	28.194	-	38.650
Despesas financeiras - juros	1.563	1.653	-
Antecipações - Anistia	-	69	-
Constituições	14.288	1.848	-
Pagamentos	-	(8.382)	-
Reversões	-	(5.644)	-
Saldo final	44.045	28.194	-

Em decorrência do processo de Anistia instituído pela Lei nº 11.941/09, a instituição revisou seus processos no segundo semestre de 2009, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Os processos objetos da Anistia foram pagos nos termos dessa Lei por ocasião da consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil em setembro de 2011. Em 2011, o valor baixado de provisão foi de R\$ 13.955, sendo que o valor total pago dos débitos foi de R\$ 8.433, os valores antecipados foram de R\$ 270 e o valor revertido contra resultado foi de R\$ 5.252. **9. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário** - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2012	2011
Contingências fiscais	5.045	3.459
Provisão de honorários advocatícios	538	196
Provisão para participação nos lucros	238	94
RSU	89	-
Outros	10	16
Total de créditos tributários - ativo	5.920	3.765

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 2.162 (2011 - R\$ 139), tendo sido realizado R\$ 7 (2011 - R\$ 960). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 5.920 é estimada em 5% no 1º ano, 3% nos 2º e 3º anos, 5% nos 4º e 5º anos, 9% nos 6º e 7º anos, 19% nos 8º e 9º anos e, 23% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apuradas com base em informações de mercado montada a R\$ 3.195 (2011 - R\$ 1.758).

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2012	2011
Receitas da intermediação financeira	44.151	98.114	39.734
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	44.151	98.114	39.734
Resultado bruto da intermediação financeira	44.151	98.114	39.734
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.257)	(14.463)	(269)
Receitas de prestação de serviços (Nota 13 a)	13.425	23.784	5.037
Despesas de pessoal	(2.974)	(6.109)	(3.203)
Outras despesas administrativas	(1.451)	(2.822)	(570)
Despesas tributárias	(2.773)	(5.852)	(2.190)
Outras receitas operacionais (Nota 13 b)	765	1.670	6.718
Outras despesas operacionais (Nota 13 c)	(12.249)	(25.133)	(6.061)
Resultado operacional	38.894	83.651	39.465
Resultado não operacional	-	-	(6)
Resultado antes da tributação sobre o lucro ..	38.894	83.651	39.459
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(19.207)	(41.584)	(17.630)
Provisão para imposto de renda	(12.592)	(26.566)	(10.160)
Provisão para contribuição social	(7.562)	(17.173)	(6.649)
Ativo fiscal diferido	947	2.155	(821)
Lucro líquido do semestre/exercício	19.687	42.067	21.829
Número de ações	50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$	393,74	841,35	436,58

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2012	2011
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	19.687	42.067	21.829
Lucro líquido	19.687	42.067	21.829
Varição de ativos e obrigações	(28.870)	132.538	225.474
(Aumento)/ redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	47.509	93.951	(493.168)
(Aumento)/redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	(81.014)	(89.319)	6.266
Aumento em outros créditos	(6.184)	(17.310)	(2.361)
Redução em outros valores e bens	12	-	-
Aumento em outras obrigações	14.443	165.075	718.449
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.636)	(19.859)	(3.712)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) de atividades operacionais	(9.183)	174.605	247.303
Atividades de investimento			
Aquisição de outros investimentos	-	-	(1)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	-	(1)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.183)	174.605	247.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	431.113	247.325	23
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	421.930	421.930	247.325
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.183)	174.605	247.302

A Instituição tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2012	2011
Resultado antes		